



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

ISABELA CRISTINA ALVES CAVALCANTE

A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

Brasília

2022

ISABELA CRISTINA ALVES CAVALCANTE

A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília para obtenção do grau de bacharel em Medicina Veterinária.
Orientador: Prof. Msc. Lucas Edel Donato

Brasília

2022

ISABELA CRISTINA ALVES CAVALCANTE

A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

**Revisão de literatura apresentada à
Faculdade de Ciências da Educação e
Saúde para obtenção do grau de
bacharel em Medicina Veterinária.**

Brasília, 12 de Dezembro de 2022

Banca Examinadora

Prof. Msc Lucas Edel Donato
Orientador

Prof. Dr. Emanuel Elzo Leal de Barros
Examinador

Zootecnista Dra. Bruna Beleossoff
Examinador

AGRADECIMENTOS

Este trabalho reflete 5 anos de esforço, os quais não seriam possíveis sem o apoio dos meus pais. Então, gostaria de começar agradecendo a eles. Meu pai, em especial, teve grande influência na minha escolha e sempre me inspirou a seguir essa profissão, agradeço por me ensinar tudo o que sabe e estar sempre comigo. À minha mãe por ser o meu alicerce em todos os momentos da minha vida. Obrigada por confiarem em mim. Agradeço a minha família por sempre me incentivar. Ao meu namorado, por me apoiar, me ouvir e estar comigo durante toda essa caminhada.

Agradeço a todos os profissionais que compartilharam comigo o seu conhecimento, a Dra. Sandra Venis, minha primeira mentora e hoje minha amiga, obrigada por confiar em mim.

Agradeço a toda equipe da Emater de São Sebastião, em especial os Médicos Veterinários Dr. Paulo e Dr. Pedro, obrigada pela parceria durante esses anos. Vocês me inspiraram a escolher o tema deste trabalho, além disso, me mostraram um universo que eu não conhecia. Hoje eu tenho uma nova visão sobre o meu futuro na Medicina Veterinária, devo isso a vocês. À Bruna Beleosoff, por todo o apoio e conselhos, obrigada por me ajudar a desenvolver as ideias para o trabalho, você foi essencial.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus professores por todos os ensinamentos e incentivos. Ao professor Lucas Edel, muito obrigada por me orientar e me auxiliar com muita paciência e dedicação, é um exemplo para mim.

E por fim, às minhas amigas e agora companheiras de profissão, Fabiana Fernandes e Stefanny Taynaray com quem eu dividi todas as minhas angústias, inseguranças e também as conquistas. Obrigada por me acompanharem nesse processo, sem vocês ele seria duas vezes mais difícil.

RESUMO

A extensão rural é um processo de educação continuada, que propõe a união de profissionais de diversas áreas em busca de desenvolver agricultores através de metodologias participativas. No Brasil, a extensão tem suas ações guiadas pela Pnater, e busca um desenvolvimento rural sustentável com propostas agroecológicas voltadas para a agricultura familiar. Esse estudo tem como objetivo analisar e descrever as características da extensão rural no Brasil e os principais desafios para sua implementação. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa. As informações elucidadas mostram a importância do serviço de assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento do meio rural, bem como as dificuldades enfrentadas para a concretização dos objetivos previstos na Pnater. Entre as dificuldades encontradas, estão a sucessão rural, as limitações na comunicação entre o extensionista e o agricultor, a falta de gestão em propriedades rurais e a dificuldade de acesso a crédito rural. Esses fatores ameaçam o desenvolvimento do campo e o futuro da assistência técnica e extensão rural no Brasil. Por isso, as entidades públicas de ATER buscam e desenvolvem políticas para enfrentar esses problemas. Ressalta-se também a importância do desenvolvimento contínuo dos agentes de extensão rural, pois esses são os principais responsáveis pela integração dos pequenos agricultores com a ciência. Por fim, a extensão rural precisa ser mais difundida nas universidades, e os agricultores familiares mais valorizados na sociedade. O entendimento sobre a realidade do campo é fundamental para a desenvolver políticas públicas e pesquisas aplicáveis.

Palavras-chave: Agricultura familiar; ATER; Extensionista rural; Pnater.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO GERAL	7
2.1 Objetivos específicos	7
3. METODOLOGIA	7
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
4.1 História da extensão rural no Brasil	7
4.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	9
4.3 Características da extensão rural no Brasil com base na Pnater	10
4.4 Metodologias para ações de ATER	13
4.4.1 Metodologias Participativas	13
4.4.2 Metodologias Digitais	14
4.5 Políticas Públicas	14
4.5.1 Cadastro da Agricultura Familiar (CAF)	15
4.5.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	15
4.6. Principais desafios para aplicação da ATER	16
4.6.1 Acesso a ATER	16
4.6.2 Limitações para acesso a políticas de crédito	16
4.6.3 Gerenciamento da propriedade e a efetividade das políticas públicas	16
4.6.4 A relação entre extensionistas e produtores rurais	17
4.6.4.1 Diálogo na interface da extensão rural	18
4.6.4.2 Extensão entre a Universidade e a comunidade	19
4.6.5 Sucessão Rural na Agricultura Familiar	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio é a união das atividades de produção agrícola ou pecuária, durante toda a sua cadeia de produção até a distribuição e consumo. A agricultura familiar é um dos principais componentes do agronegócio brasileiro, constitui mais de 1/3 da produção nacional e fornece alimentos essenciais para a dieta da população. Esse segmento possui uma considerável importância para a economia e também para o desenvolvimento social do país. No entanto, enfrenta problemas como falta de qualificação e baixa disponibilidade de recursos (SNA, 2020; ROCHA et al, 2019).

Reconhecendo a importância do agronegócio para a economia nacional, há por parte do Estado um grande interesse em investir em pesquisas e inovações para a área rural. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) surgiu para difundir as tecnologias para o campo e, por muito tempo, prevaleceu um sistema de assistência técnica guiado pelo difusionismo, o qual atingiu principalmente médios e grandes produtores (ANDRADE et al, 2013; ROCHA et al, 2019; TROIAN; MACHADO, 2019).

Após o modelo difusionista de ATER gerar discussões sobre problemas sociais e ambientais que se instalaram no meio rural, iniciaram-se mobilizações em prol da transformação do meio rural, reivindicando uma reforma agrária, políticas direcionadas para agricultura familiar e pautas voltadas para o meio ambiente. Nesse contexto, foi criada em 2004, a Política Nacional de Ater (Pnater) (MILAGRES et al, 2018).

A Pnater trouxe mudanças significativas para a extensão rural, entre elas a reestruturação do serviço de assistência técnica, principalmente nas metodologias de intervenção, a transição para um modelo de produção agroecológico, e a definição dos agricultores familiares como o público alvo do serviço público de assistência técnica (MILAGRES et al, 2018).

Diante de todas as mudanças ocorridas na ATER, novos desafios passam a impactar o desenvolvimento de ações para o meio rural. A ausência de planejamento da sucessão rural, por exemplo, ameaça o desenvolvimento e a continuidade de projetos para o campo. Além disso, a forma com que se dá a difusão da informação é de grande importância para a efetividade da extensão (LANDINI, 2014; KESTRING et al, 2020).

Nesse cenário, as entidades de assistência técnica buscam soluções para reverter essas dificuldades, cabendo aos agentes de extensão se adequar ao novo modelo de assistência com uma abordagem caracterizada pela sensibilidade e responsabilidade socioambiental (ANDRADE et al, 2013).

2. OBJETIVO GERAL

Objetiva-se com a elaboração deste estudo contextualizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e os principais desafios encontrados para o desenvolvimento das ações de ATER.

2.1 Objetivos específicos

- Descrever as características da ATER no Brasil;
- Apresentar as metodologias utilizadas na extensão rural; e
- Apresentar os principais desafios para o desenvolvimento da ATER;

3. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa a respeito da extensão rural no Brasil. Foram utilizadas para fins de busca as bases de dados, Scielo, Google Acadêmico e CAPES. E foram utilizadas as palavras-chaves: “extensão rural”, “PNATER”, “extensionistas”, “agricultura familiar”, “ATER”.

Para essa pesquisa, foram incluídos artigos nos idiomas inglês, português e espanhol. Foram excluídas dissertações e teses de graduação e publicações anteriores ao ano de 2000.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 História da extensão rural no Brasil

O estabelecimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil se deu a partir da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 1948 no estado de Minas Gerais, sob influência do americano Nelson Rockefeller e a sua Associação Internacional Americana (AIA) para o desenvolvimento social e econômico. Essa associação, de regime jurídico privado e sem fins lucrativos, era destinada a executar um serviço público e gratuito de extensão rural, utilizando a

assistência técnica, econômica e social para elevar o nível das famílias rurais de Minas Gerais (PEIXOTO, 2008; OLINGER, 2020).

Os resultados obtidos com a ACAR em Minas Gerais influenciaram a criação desta associação em outros estados do país. Em 1954, é criada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), contemplando os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. E em 1956, há a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Desde então, observou-se a expansão geográfica por todo o território brasileiro com a elaboração de projetos técnicos para possibilitar crédito rural aos produtores, fomentando a cadeia do desenvolvimento rural do Brasil (OLINGER, 2020).

Com o objetivo de otimizar as políticas públicas voltadas para a assistência técnica e extensão rural, em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que passou a coordenar os serviços estaduais de extensão. A partir desse ano, a extensão passa a ser oferecida por empresas públicas denominadas Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e coordenadas pela EMBRATER, que gradativamente passam a substituir as associações de crédito (PEIXOTO, 2008).

Esse início da extensão no Brasil teve como objetivo a difusão da tecnologia para aumentar a produtividade e inserir o agricultor no mercado, investindo em alta produção através de elevada tecnificação e monocultura (BARROS, 2016).

Durante a década de 80, os efeitos de todo o modelo de extensão adotado começam a ser discutidos, pois trata-se de um período marcado por uma crise econômica e socioambiental. O acesso a ATER pública estava comprometido e os pequenos produtores foram significativamente prejudicados. Em 1990, a EMBRATER é extinta e a Emater passa a ser de responsabilidade de cada estado. Um dos pontos negativos observados na época sobre a extinção da Embrater foi a diminuição de recursos públicos para a extensão rural no país (ROMANIELLO, 2015; ALVES, 2017).

A descentralização das ações de extensão rural aos estados, associadas à redução do financiamento as ações de extensão, estimulou as organizações sociais, sindicatos e associações, para uma reinserção da agricultura familiar no foco das políticas públicas, tendo em vista que o modelo anterior inflou o desemprego rural e o

aumento de latifúndios. Em 2004, é criada a Política Nacional de Extensão Rural (Pnater), responsável por desenvolver um novo modelo de extensão para fortalecer a agricultura familiar, incentivando a subsistência das famílias (SILVA,2014; ROMANIELLO, 2015).

Contudo, apenas em 2010, foi instituída a Lei nº 12.188/2010, conhecida como Lei de Ater, onde instituiu-se a Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica (Pronater), que propõe uma extensão participativa, continuada, com caráter sustentável, agroecológico e com direcionamento para a agricultura familiar.

4.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A extensão rural é um serviço de educação, executado por um extensionista de forma contínua e não formal. É destinada a difusão de conhecimentos tecnológicos para os produtores do meio rural, os conectando com as tecnologias obtidas por meio de pesquisas. Atua também na difusão de conhecimentos científicos, gerando integração com a particularidade de cada ambiente, com articulação de conhecimentos tradicionais e difusão de políticas públicas (BRASIL, 2010; MAPA, 2019).

A equipe de agentes de extensão é composta por profissionais de diversas áreas como, econômica, social, ambiental. Entre os profissionais estão, agrônomos, engenheiros agrícolas, técnico agrícola assistente social, economista doméstico, médicos veterinários, zootecnista (SEAGRO, 2013).

A extensão propõe a formação de agentes, que fomentem o diálogo e a participação do produtor para desenvolver ações e serviços de ATER. As empresas de ATER mantêm seus extensionistas em constante atualização profissional sobre questões técnicas e políticas, para que assim possam acompanhar as mudanças e desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável (CAPORAL, 2009; BRASIL, 2010).

Além de promover e fomentar a tecnologia, o extensionista apresenta e introduz ao produtor rural as políticas públicas desenvolvidas pelo governo, e atua como ferramenta para a implantação de campanhas como, por exemplo, a campanha de vacinação contra a Brucelose (SILVA, 2013).

As ações de extensão rural também englobam assistência técnica, a qual não possui caráter educativo e sim o intuito de resolver um problema pontual. É possível observar diversas empresas de revendas agropecuárias oferecendo esse tipo de assistência durante a venda do seu produto, atingindo principalmente grandes e médios produtores rurais, os quais possuem maior renda (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, os órgãos estaduais de agricultura são responsáveis pela gestão da assistência técnica e extensão dos programas. As instituições públicas de ATER são representadas pela Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) e estão presentes em cada uma das 27 unidades federativas como ilustrado na Figura 1. (ALVES, 2017)

Figura 1 - Representação das principais entidades de ATER nos Estados Brasileiros.



Fonte: ABRAER, 2017

De maneira geral, a extensão rural atual busca alcançar principalmente os pequenos produtores rurais, fomentar práticas para aumentar a produtividade, o desempenho zootécnico dos animais e, conseqüentemente, a renda familiar (OLINGER, 2020).

4.3 Características da extensão rural no Brasil com base na Pnater

Atualmente, as ações de ATER são baseadas na Pnater, que institui princípios e objetivos para assistência técnica e extensão rural utilizados como base para gerar ações e estratégias que promovam um desenvolvimento rural e sustentável, a partir

de propostas agroecológicas para desenvolver sistemas de produção. São implementadas ações com abordagem sistêmica, colaborativas e baseadas no diálogo (VIEIRA et al 2015).

A Pnater está voltada principalmente para a agricultura familiar, focando na sua reinserção na economia, e uma melhor qualidade de vida no campo. São também beneficiários os assentados da reforma agrária, os povos indígenas e os povos tradicionais (BRASIL, 2010).

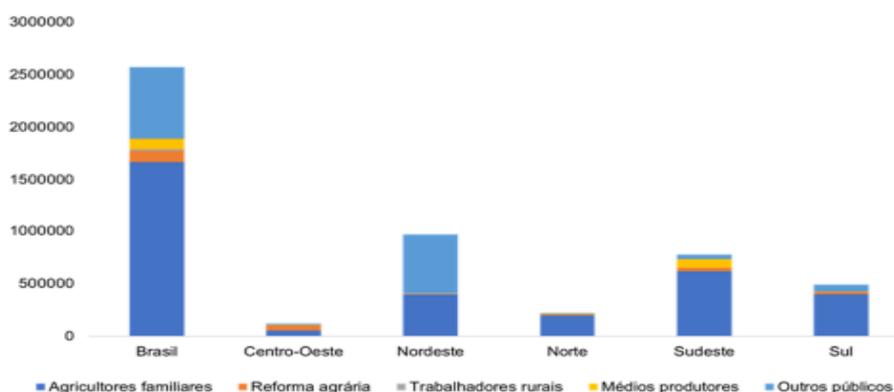
As definições que estabelecem o conceito de agricultura familiar estão normatizadas pela Lei 11.326/2006, que estabelece conceitos sobre a agricultura familiar:

“considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. (BRASIL, 2006)

O Programa Nacional de Assistência Técnica (Pronater) é um instrumento que fortalece a implementação da Pnater no serviço público de assistência técnica. O programa é elaborado anualmente de acordo com as demandas da agricultura familiar. As ações orçamentárias compõem o Pronater, e os recursos são destinados às operações da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para a formação e capacitação dos extensionistas, o fomento de produção e tecnologia para a agricultura familiar e a prestação de serviço de assistência técnica para os produtores (MAPA, 2019).

De acordo com a ASBRAER (2017), anualmente são realizados mais de 2,5 milhões de atendimentos, e mais de 60% desse público atendido são agricultores familiares (Figura 2).

Figura 2 - Atendimentos realizados pelos órgãos estaduais de ATER, considerando o tipo de agricultor e as regiões brasileiras



Fonte: ASBRAER, 2017

As ações dos extensionistas devem surgir após um entendimento da realidade local, isso é um objetivo da PNATER: a união do conhecimento científico e o tradicional para promover a expansão do conhecimento de forma apropriada para cada realidade local (MOTA et al, 2006; MARINHO; FREITAS, 2015).

Como descrito por Vieira (2015), a percepção da realidade local, incluindo os recursos e o ambiente, possibilita a integração de aspectos sociais, ambientais e culturais para desenvolver estratégias que permitam a transição para um manejo sustentável. Esse modelo de abordagem é uma prioridade da política de ATER.

Desse modo, a busca por uma agricultura ecológica contribui para a construção de um desenvolvimento sustentável no campo, tendo como base a integração de várias cadeias produtivas, a valorização de recursos renováveis e acessíveis e a adaptação para as condições locais preservando a sua diversidade (CAPORAL et al 2006; MUSSOI, 2011).

São traçadas estratégias para alcançar os objetivos previstos nas diretrizes da Pnater, como o sistema agroflorestal que se trata de um sistema flexível que integra várias cadeias produtivas de forma simultânea em um mesmo local. Esse sistema potencializa o espaço da propriedade, reduz o risco de grandes perdas devido à variedade na produção, reduz o uso de fertilizantes e agrotóxicos, possibilita a produção de uma diversidade de produtos e auxilia na conservação do solo (MOTA et al, 2006).

Uma característica da extensão atual é a interdisciplinaridade, portanto, além de profissionais das ciências agrárias, estão incluídos também profissionais de áreas sociais. Esse fator auxilia um melhor diagnóstico para um plano de ação mais eficaz (SILVA, 2014).

4.4 Metodologias para ações de ATER

A extensão rural utiliza métodos pedagógicos individuais ou em grupos, como visitas técnicas, reuniões, demonstrações práticas, dia de campo, visitas à propriedades modelos, reuniões na comunidade, exposições, feiras, cursos e campanhas. Os métodos que envolvem mobilização social, geram uma corresponsabilidade dos produtores, incentivando a coletividade e a capacidade de difundir informações (PEIXOTO,2008; SILVA,2014).

4.4.1 Metodologias Participativas

As metodologias participativas, na ATER, são métodos utilizados para gerar uma maior interação entre os produtores e os extensionistas. As ações partem da realidade do grupo social. E há como desafio construir a autonomia dos agricultores, através de uma participação crítica dos mesmos e a valorização dos conhecimentos locais (MARINHO; FREITAS, 2015)

As reuniões na comunidade (Figura 3), ocorrem após a percepção de interesse da comunidade pela cadeia de produção e abrange a participação de todos os membros da família dos interessados (SILVA, 2014).

Figura 3 - Reunião comunitária para a palestra sobre boas práticas na criação de aves de postura, organizada pela EMATER pelo São Sebastião - DF - Assentamento 1° de Julho, São Sebastião - DF .



Fonte: Arquivo Pessoal

Outra metodologia que integra os produtores é a excursão para propriedades modelos, ou aquelas que estão com a atividade em andamento, que por sua vez, é importante para incentivar o produtor que está começando pois permite a troca de

experiências sobre o modelo de produção. Essa integração auxilia na otimização da produção, (Figura 4) permitindo que o produtor observe o modelo em atividade (EMATER, 2022).

Figura 4 - Excursão da EMATER-DF para fazenda produtora de uva.



Fonte: EMATER, 2022

4.4.2 Metodologias Digitais

A inclusão digital na ATER é uma realidade, ao longo dos anos além dos métodos tradicionais tem-se incluído metodologias digitais para complementar os atendimentos presenciais. São apontadas como ações digitais, o teleatendimento, algo que se intensificou em meio a pandemia da COVID-19 e também conteúdos digitais como, textos, áudio, vídeos informativos e vídeo chamadas (LOPES, 2021).

Os recursos estão sendo pensados para atingirem cada vez mais facilmente soluções e respostas com agilidade. Nesse contexto, as ferramentas digitais se encaixam para complementar as ações extensionistas bem como facilitar o monitoramento de projetos, incluir e aproximar o produtor do extensionista (EMATER-MG, 2020)

4.5 Políticas Públicas

As Políticas Públicas são um conjunto de ações que buscam garantir direitos e possibilitar desenvolvimento social e ambiental da sociedade. Essas ações objetivam a resolução de questões, através do direcionamento de bens e recursos públicos. Os atores políticos, são os responsáveis por implementa-las e traduzi-las (FERRETI, 2022, p. 75).

As políticas públicas destinadas para a agricultura familiar com apoio de serviços de assistência técnica e extensão rural estimulam e potencializam o crescimento desse setor. O Estado as executa por meio de programas ou ações em prol de um desenvolvimento rural sustentável e da qualidade de vida no campo (EMATER-MG, 2014)

Através da relação direta com o produtor rural, os extensionistas têm o papel de intermediar o acesso de produtores rurais a programas de incentivo a comercialização de seus produtos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) fomentando a participação do público rural, e auxiliam na elaboração de crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SOUSA; NIEDERLE, 2021).

4.5.1 Cadastro da Agricultura Familiar (CAF)

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é utilizado para qualificar os agricultores familiares, cooperativas, associações e as unidades familiar de produção agrária (UFPA). Esse cadastro substitui a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e é um requisito básico para acesso as políticas pulicas destinadas para os agricultores familiares (BRASIL, 2022).

4.5.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Pronaf foi criado em 1996 para ampliar a agricultura familiar no Brasil com o intuito de facilitar o acesso dos pequenos agricultores à linha de crédito e incentivar a permanência das famílias no campo. Esse programa é uma importante política de incentivo aos agricultores familiares e foi o primeiro a ser criado para fomentar essa categoria (TROIAN; MACHADO, 2019; CRUZ et al, 2020).

Para que o agricultor tenha acesso ao crédito é necessário a inscrição no CAF e um projeto técnico de financiamento elaborado por um extensionista ou um assessor de crédito, o qual será enviado para a instituição financeira. Ao tratar de políticas públicas de crédito direcionadas para os agricultores familiares, a assistência técnica também auxilia na escolha de atividades produtivas que possibilitem o melhor retorno financeiro (OLIVEIRA et al, 2017; CRUZ et al, 2020).

4.6. Principais desafios para aplicação da ATER

4.6.1 Acesso a ATER

No Censo Agropecuário de 2017, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários entrevistados apenas 1.025.443 recebem orientação técnica. Entre os estabelecimentos entrevistados, 3.897.408 são estabelecimentos de agricultura familiar e apenas 708.318 recebem alguma orientação técnica, sendo 307.167 de origem governamental (IBGE, 2017).

O acesso a ATER encontra-se reduzido e as empresas governamentais que são as responsáveis por implementar a Pnater precisam ser reestruturadas, com investimento do Estado para possibilitar um maior alcance aos agricultores (FARIAS et al, 2019).

4.6.2 Limitações para acesso a políticas de crédito

O crédito rural é um forte mecanismo de avanço na política agrícola, uma importante ferramenta que viabiliza o aumento da produção e da renda do público rural brasileiro através de acesso ao crédito com juros abaixo do mercado para investimento na atividade agropecuária. Existem questões burocráticas que dificultam e limitam o acesso a algumas dessas políticas. A exigência de garantias patrimoniais para a liberação de crédito é um dos impedimentos para o acesso das famílias de baixa renda ao crédito (GUIMARÃES; PORRO, 2016).

A regularização de imóveis rurais, através de políticas para possibilitar a regularização da posse, gera uma segurança para as entidades financeiras, possibilitando um maior acesso aos produtores, pois ser proprietário da terra é um fator importante na concessão do crédito rural (ROCHA et al, 2017).

4.6.3 Gerenciamento da propriedade e a efetividade das políticas públicas

O desenvolvimento da agricultura familiar é influenciado por aspectos resultantes de políticas públicas e características locais, mas também exige uma boa qualificação gerencial da família, o que é ausente em grande parte dos pequenos agricultores. Dessa forma, mesmo com grandes projetos, a falta de gestão gera um baixo desempenho. No meio rural, assim como grande parte dos microempresários brasileiros, há pouca preocupação com informações gerenciais e de controle financeiro. Existe uma incompreensão sobre a importância desses assuntos para

tomar decisões diárias que influenciam na prosperidade do negócio (SOTHE; DRESEL; DILL, 2014).

Isso pode estar relacionado com a questão de que muitos produtores rurais não enxergam sua atividade como um negócio. A subsistência é encarada como o principal objetivo dentro de uma produção familiar, entretanto a lucratividade não deixa de ser almejada e pode se tornar um objetivo da atividade, porém, não é vista como circunstância indispensável para iniciar uma atividade produtiva (LANDINI,2011).

Se faz necessário expandir o número de entidades de assistência técnica para possibilitar o aumento da quantidade de atendimentos e dar continuidade a projetos e inovações nas propriedades. A difusão de tecnologia não é a principal dificuldade para os extensionistas, mas sim auxiliar os produtores na escolha de um sistema de produção que seja economicamente viável e a garantir um bom funcionamento do negócio. Dessa forma, a abordagem do agente de extensão para o fomento de atividades produtivas deve incluir também um diálogo sobre questões gerenciais (ALVES et al 2016).

Em 2013 o SENAR criou o programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) voltado para pequenos e médios produtores. O programa oferece assistência para gestão da propriedade, com visitas mensais durante 2 a 4 anos. Nesse programa, os atendimentos são de forma individualizada e continuada, os técnicos definem os pontos fortes e fracos da propriedade e a partir disso discutem soluções que gerem retorno econômico para os produtores (CNA, 2022)

4.6.4 A relação entre extensionistas e produtores rurais

A extensão difusionista é uma proposta metodológica em que a informação é transferida sem levar em consideração a particularidade e valores do receptor, a qual somente os conhecimentos do emissor são credibilizados, ignorando o conhecimento empírico e tradicional do produtor. Essa metodologia esteve presente por várias décadas, entretanto, atualmente recomenda-se a inclusão de modelos que priorizem o entendimento da realidade local e dos saberes tradicionais. Embora esse modelo difusionista não seja mais utilizado, existem agentes de extensão que mantêm as estratégias baseadas nesse modelo (CAPORAL; RAMOS, 2006; ANDRADE et al 2013).

Os técnicos extensionistas relatam que ainda há uma grande resistência por parte dos produtores na introdução de novas tecnologias e, por muito tempo, esse aspecto foi levado em consideração como um fator impeditivo para a aplicação da extensão que pode estar atribuída à abordagem unidirecional e vertical por parte dos técnicos que, por sua vez, ainda praticam o antigo modelo de extensão (CAPORAL; RAMOS, 2006),

Ao tratar a extensão rural de forma mecanizada, os agricultores não se sentem parte do projeto, por vezes, não há interatividade entre a informação e o cotidiano desse agricultor, o que leva a uma dificuldade de compreender e aplicar o conhecimento que lhe foi passado. Isso se deve ao fato de que o processo de construção de um entendimento acontece através de interações e associações com o saber e a realidade local. Por isso, estabelecer uma relação dialética entre o extensionista e o agricultor é importante para construir conhecimentos aplicáveis (ANDRADE et al, 2013).

4.6.4.1 Diálogo na interface da extensão rural

Como enfatizado por Freire (2001), o diálogo é importante para gerar uma reflexão e levar à apropriação do conteúdo, transformando-o em conhecimento útil. Por isso, a intervenção do profissional que atua na extensão deve ocorrer de forma democrática, com comunicação educativa e informativa, concordando com os objetivos da política de extensão previstos na Lei n.º12.188/10:

“Art. 3º São objetivos da Pnater: [...] VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro”. (BRASIL, 2010).

A utilização de termos técnicos no diálogo entre o agente de extensão e o produtor pode gerar falhas na comunicação. Nesse sentido, um importante fator para uma comunicação eficaz é a utilização de uma linguagem simples, de fácil entendimento, com intuito de facilitar a compreensão do agricultor. (EMATER-MG, 2020).

A relação e comunicação entre o extensionista e o agricultor é um aspecto essencial para a concretização da extensão rural. Nesse sentido, a formação do profissional de extensão é uma estratégia fundamental para uma evolução no paradigma da aprendizagem (CAPORAL; RAMOS, 2006).

As entidades de ATER trabalham em programas de educação continuada de agentes, para que a mudança de abordagem alcance os extensionistas e possibilite um entendimento sobre as novas estratégias para alcançar os objetivos de desenvolvimento no campo (FARIA et al, 2019).

4.6.4.2 Extensão entre a Universidade e a comunidade

A ideia de extensão universitária é um trabalho de relação entre a comunidade e o meio acadêmico de forma a promover o diálogo entre esses ambientes para que os futuros profissionais compartilhem o conhecimento científico, mas, além disso, também compreendam o conhecimento tradicional. Em algumas disciplinas essa extensão já acontece, porém, se dá de forma assistencialista, onde a população acadêmica presta um serviço à comunidade apenas para praticar a teoria. Sendo assim, é importante que a universidade se estenda à comunidade em que está inserida para criar uma integração (BUFFA; CANALES, 2007).

É visto que a prática social durante a graduação é necessária principalmente para fortalecer a capacidade do profissional de desenvolver senso crítico, análise de problemas reais e conectar o meio acadêmico com a realidade. Porém, no atual modelo acadêmico, há uma ênfase para a parte técnica e clínica, enquanto disciplinas humanas não recebem tanta relevância. Esse modelo de formação gera grandes lacunas entre o extensionista e o produtor (ALVES; GAMEIRO, 2011 (FACCO et al, 2021).

Alves e Gameiro (2011), ao analisarem as ementas dos cursos de graduação em Medicina Veterinária, relatam que o conteúdo abordado em 80% dos cursos que oferecem a disciplina de Extensão Rural são abordados conceitos, história, filosofia e modelos. Os temas como comunicação, movimentos sociais e questões agrárias, agricultura familiar e educação social são menos abordados. Sugere-se então que existem pontos fundamentais para atuação do extensionista que nem sempre são abordados durante a graduação de possíveis futuros profissionais da área.

Projetos de extensão universitária são uma possível alternativa para diminuir a distância entre o espaço acadêmico e a comunidade rural e contextualizar a realidade local. Um exemplo é o projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): Centro de Desenvolvimento Rural do Itamarati - Rede de Soluções Sustentáveis (CDR), dentro de um assentamento rural, através da integração de cursos de graduação de várias áreas diferentes (ciências da saúde, agrárias, administração, contábeis, economia), o qual desenvolveu diversas ações de extensão. Esse projeto possibilita uma troca de experiências entre os alunos e a comunidade, e traz a percepção de que a aproximação da universidade com o contexto social em que ela está inserida torna possível o planejamento de ações e pesquisas que, de fato, colaborem para o desenvolvimento e melhoria da comunidade, valorizando a cultura e particularidade local (MAUAD et al, 2021).

Uma importante característica desse projeto, foi traçar objetivos baseados nas metas dos agricultores do assentamento, desenvolver atividades para potencializar atividades já existentes potencializando a economia local e colaborando para uma melhor condição de vida (NEVES, 2021).

4.6.5 Sucessão Rural na Agricultura Familiar

No modelo de produção familiar, a mão de obra e a gestão estão vinculados a membros da família, e a sucessão é um fator determinante para garantir a continuidade dessas unidades de produção. Entretanto, há uma crescente migração dos jovens para centros urbanos que compromete o fortalecimento da agricultura familiar, a aquisição de mão de obra e a valorização das tradições. Os atrativos urbanos não são fatores isolados para justificar a carência de jovens no campo, os problemas nas condições da propriedade e a percepção da sua família sobre o trabalho no campo também exercem influência na decisão, bem como o processo de sucessão rural (BRUMER et al 2014).

A escolha entre permanecer na propriedade rural ou buscar oportunidades em cidades está vinculada a influência que esse jovem recebe de sua família e o contexto social em que está inserido. Oliveira et al (2021), em uma análise sobre os estímulos e obstáculos à permanência no campo, relata que, quando há melhores condições de trabalho no campo, introdução de tecnologias, autonomia e participação nos processos de gestão, os jovens se sentem mais estimulados a permanecer no meio

rural. Breitenbach e Corazza (2021), relatam que os jovens se sentem desestimulados quando há pouco investimento dos pais na propriedade, falta de políticas públicas eficazes e desvalorização do profissional agricultor. Quando há uma boa remuneração por trabalhos desenvolvidos e participação ativa na tomada de decisões na propriedade, se desperta maior interesse dos jovens na sucessão.

O desinteresse dos jovens em permanecer na agricultura e no meio rural influencia no desenvolvimento do campo, gera abandono de terras, queda na produção agrícola e evidencia o envelhecimento da população rural. Representa uma ameaça para agricultura familiar e para a continuidade de projetos de ATER. Sendo assim, o sucesso da continuidade da propriedade familiar depende da sucessão. Entretanto, a falta de planejamento da sucessão se perpetua desde as gerações passadas até a geração atual. Nota-se uma falta de diálogo entre os familiares a respeito do tema. A sucessão é construída de forma social dentro da propriedade ao longo dos anos e o sucessor desenvolve as características de produtor de acordo com a sua realidade (DIAMOR E SUDRÉ, 2021).

Tendo em vista a importância dos jovens para o fortalecimento e a continuidade do meio rural, as entidades de ATER buscam soluções para uma abordagem eficaz ao tema e passam a executar programas para incentivar a permanência do jovem no campo, pois através de incentivo público se diminui o número de jovens que migram para a área urbana (MASSON, 2013).

No Estado de Santa Catarina, em 2012, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) desenvolveu o projeto Ação Jovem Rural e do Mar, um programa que investe em formação continuada, para que os jovens possam aprender sobre vários aspectos tecnológicos, gerenciais, técnicos e ambientais. Os conhecimentos são formados através da relação entre os agentes de ATER, a família e os jovens. O programa desenvolve ações didáticas que vão além da sala de aula, com acompanhamento antes, durante e após o curso (EPAGRI, 2021). No Tabela 1 apresenta-se os critérios para seleção de jovens, resultados esperados com o programa e eixos norteadores para o conteúdo abordado no curso.

Tabela 1- Programa Ação Jovem Rural e do Mar

Crítérios	Resultados esperados	Eixos Norteadores
------------------	-----------------------------	--------------------------

Possuir de 18 a 29 anos	Jovens capacitados, com ideias inovadoras e participação ativa na propriedade e na comunidade	Humano- Social: Autoestima, valorização pessoal e familiar, liderança, oratória, entre outros;
Demonstrar interesse genuíno em participar	Integração dos jovens por temas de interesse. Gerando iniciativas para valorizar a potencialidade da sua comunidade.	Ambiental: Educação ambiental rural, legalização da propriedade e atividade produtiva, entre outros;
Respeitar as normas do curso e do Centro de treinamento	Programas, projetos e unidades Epagri atuando em parceria no processo de formação dos jovens rurais	Gerencial: Aspectos de gestão da propriedade, educação financeira, inclusão digital, entre outros;
Contar com apoio da família		Tecnológico: Opções de cadeias produtivas, entre outros;

Fonte: Adaptado de Epagri, 2021

A Epagri (2021), em uma análise para avaliar o impacto da Ação Jovem na vida dos participantes, analisou diversos aspectos, como a permanência do jovem na agricultura e/ou pesca após participar do curso. Do total, 812 jovens responderam à questão, 93% permaneceram na atividade rural e 7,3% não permaneceram. Os jovens que saíram da atividade relatam fatores determinantes, como a não efetivação da sucessão familiar, renda e a falta de identificação com a atividade. Contudo, na visão dos que decidiram permanecer, foram citados fatores mais amplos, incluindo o incentivo dos técnicos através do compartilhamento de ideias e alternativas. Ainda na mesma análise, se tratando da sucessão familiar, a maioria dos jovens relata ter iniciado ou assumido a propriedade familiar após o curso, e passaram a contribuir mais para as decisões familiares.

Em 2019, a Emater-DF lançou o programa Filhos Deste Solo, voltado para a Sucessão Rural, para jovens rurais entre 16-29 anos, com o intuito de reforçar as oportunidades de emprego e renda no meio rural e estimular a permanência do jovem no campo. Nesse programa, os jovens produzem um plano de negócio para aplicar em sua propriedade e concorrem a uma premiação para os dez primeiros colocados, sendo o primeiro lugar um prêmio de cem mil reais de um montante de meio milhão de reais (EMATER-DF, 2019; EMATER-DF, 2022).

As instituições de extensão estão discutindo a questão da sucessão rural e desenvolvendo estratégias para incluir o jovem na produção da propriedade através de políticas de caráter técnico e principalmente social, pois, para lidar com a juventude

rural, é necessário entender e considerar os seus limites e as perspectivas particulares (MASSON, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se que há uma alta demanda para serviços de Extensão Rural no Brasil e, as entidades públicas de ATER já existentes atuam em busca de soluções para problemas que dificultam o desenvolvimento do campo. É interessante refletir sobre a expansão das empresas de extensão pois, embora difundido por todo país, ainda existem muitos agricultores que não têm acesso a esse serviço.

Entende-se que a comunicação entre o extensionista e o agricultor é o principal fator para ser desenvolvido. Pois, através de uma construção de relação de confiança, é possível que o extensionista entenda cada vez mais a realidade em que se está inserido e conseqüentemente identifique o principal ponto a ser trabalhado naquela propriedade. A capacidade de lidar com realidades diferentes, precisa ser discutida desde a graduação. Sugere-se fomentar mais discussões sobre a ATER durante o curso de Medicina Veterinária e expansão de projetos de extensão que possibilitem a conexão entre as universidades e a comunidade rural.

Além de tudo, é crucial o entendimento da população urbana sobre a importância dos agricultores familiares, gerando a valorização desses profissionais e mostrando a importância desse setor para todo país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Cristina Diniz. **As práticas extensionistas da Emater frente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural—um estudo na microrregião de Pará de Minas/MG**. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 6, n. 2, p. 26-44, 2017.

ALVES, E. R. D A.; SANTANA, C. A. M; CONTINI, E. **Extensão rural: seu problema não é a comunicação**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9238/1/Extens%c3%a3o%20Rural.pdf>. Acesso em: 09 dez 2022

ALVES, T. C; GAMEIRO, A. H. **O ensino da " extensão rural" nos cursos superiores de medicina veterinária no Brasil**. Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science, v. 48, n. 3, p. 239-249, 2011.

ANDRADE, A. A. X. et al. **Do difusionismo às novas perspectivas da extensão rural: Ações extensionistas em Ibitiara-BA**. Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 16, n. 2, p. 93-106, 2013. Acesso em 07 dez. 2022

Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Associadas**. 2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/institucional/associadas>. Acesso em: 09 dez. 2022.

Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Proposta para a assistência técnica e extensão rural no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/consulta/item/4657-proposta-para-ater-rural-do-brasil> Acesso em: 22 nov. 2022

BARROS, Tauanna Faleiro. **Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal frente à proposta da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2016. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21664>. Acesso em: 07 nov. 2022

BRASIL. **Lei nº 11.188 de 11 de Janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 02 nov. 2022

BRASIL. **Realizar Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 dez. 2022

BREITENBACH, R; CORAZZA, G. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 3, p. 212-234, 2021.

BRUMER, A; RENCK, A.; DORIGON, C. **As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI**. Juventude rural, cultura e mudança social, v. 1, p. 115-138, 2014.

BUFFA, E; CANALES, R. P. **Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade**. EccoS–Revista Científica, v. 9, n. 1, p. 157-170, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília: 2009. 55 p

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **CAPACITAÇÃO E ATEG**. 2022 Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/capacitacao-e-ateg> Acesso em: 15 dez.2022

CRUZ, N. B., Jesus, J. G., Bacha, C. J. C. & Costa, E. M. (2020). **Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>.

DIAMOR, S; SUDRÉ, C. A. G. W. **SUCESSÃO FAMILIAR EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR**. Gestão e Sociedade, v. 15, n. 42, 2021.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS. **Mexpar 4.0: ATER digital conectando pessoas - Metodologia Participativa de Extensão Rural**. EMATER MG. Belo Horizonte, jul. 2020

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Emater-DF apresenta projeto Filhos deste Solo a mais de 100 jovens da Taquara**. 2019. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/emater-df-apresenta-projeto-filhos-deste-solo-a-mais-de-100-jovens-da-taquara/>. Acesso em: 09 dez. 2022

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Emater-DF promove excursão de agricultores a fazenda produtora de uva**. 2022. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/emater-df-promove-excursao-de-produtores-rurais-a-fazenda-produtora-de-uva/>. Acesso em: 09 dez 2022

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Excursão da Emater-DF leva produtores rurais em propriedade de**

produção agroecológica de ovos. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/excursao-da-emater-df-leva-produtores-rurais-a-propriedade-de-producao-agroecologica-de-ovos/>. Acesso em: 09 dez 2022

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Filhos Deste Solo forma 60 jovens.** 2022. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/filhos-deste-solo-forma-60-jovens/#:~:text=O%20programa%20Filhos%20Deste%20Solo,entre%2016%20e%2029%20anos>. Acesso em: 09 dez. 2022

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Ação Jovem: Metodologia, Resultados e Perspectivas.** EPAGRI. Florianópolis. 2021

FACCO, H. D. S; DISKA, N. M.; SILVA, G. P. D.. **As vivências como metodologia de ensino da extensão rural: a aproximação entre estudantes e agricultores para a compreensão da realidade social.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 102, p. 821-838, 2022.

FARIA, A. A. R; DUENHAS, R. A. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar.** Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FERRETTI, Kleber Destefani. **REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULOS FINANCEIROS AOS AGRICULTORES FAMILIARES.** POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA, 2022, vol. 2 p. 75.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 93 p.

GUIMARÃES, J. B.; PORRO, R. **Acesso a crédito e assistência técnica por agricultores familiares no nordeste paraense: uma análise preliminar.** 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1053949/aceso-a-credito-e-assistencia-tecnica-por-agricultores-familiares-no-nordeste-paraense-uma-analise-preliminar>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6779>. Acesso em: 09 dez. 2022

KESTIRNG, K; DANIEL, D.S; CAVALHEIRO, A. N; ZONIN, V. J; MATTIA, V. **O PROGRAMA JUVENTUDE COOPERATIVISTA E SUA RELAÇÃO VOLTADA A SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.** Revista Thêma et Scientia. v. 10, 2020.

LANDINI, F. **Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural.** Ciência Rural, v. 45, p. 371-377, 2014.

LANDINI, F. **Racionalidad económica campesina.** Mundo Agrario, n.23 [edição eletrônica], 2011. Disponível em: . Acesso em: 27 nov de 2022

LOPES, Renato de Carvalho, MSc; Universidade Federal de Viçosa, 2021. **A ação extensionista frente aos desafios da Ater digital: Uma análise sobre a Emater-DF.**

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. **Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): fundamentos teórico-práticos.** EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF, v. 3, n. 2, p. 10-28, 2015.

MASSON, Ivanda. **Juventude e extensão rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis.** 2013. 154 f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)-Universidade Federal de Santa Maria/RS.

MAUAD, J.R.C; MUSSURY, R. M. **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ITAMARATI – RELATOS E VIVÊNCIAS.** Dourados - MS. 2021

MILAGRES, C. S. F. et al. **A Pnater como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 35, n. 3, p. 453-470, 2018.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assistência técnica e Extensão Rural.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Acesso em: 04 nov 2022.

MOTA, Nilton Luiz Cosson et al. **Da Extensão Rural difusionista aos Sistemas Agroflorestais: uma breve discussão.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2006.

MUSSOI, Eros Marion. **Política de extensión rural agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales.** Investigación (Postdoctorado)-Universidad de Córdoba/Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 2011.

NEVES, V. C; **RELATOS DA COMUNIDADE.** In MAUAD, J.R.C; MUSSURY, R. M. **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ITAMARATI – RELATOS E VIVÊNCIAS.** Dourados - MS. 2021

OLINGER, Glauco. **Aspectos Históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 2020.

OLIVEIRA, G.R; ARAÚJO, F. M. D; DE QUEIROZ, C. C. **A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás.** Boletim Goiano de Geografia, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

Oliveira, M. F., Mendes, L., & van Herk Vasconcelos, A. C. (2021). **Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(2), e222727.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil - Uma Abordagem Histórica da Legislação.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 08 dez. 2022

ROCHA, A. B. R. J; FREITAS, J. A; CASSUCE, F. C. **Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, p. 181-197, 2019.

ROCHA, Adauto Brasilino; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha; CIRINO, Jader Fernandes. **Determinantes do uso do crédito rural do Pronaf em 2014.** Revista de Política Agrícola, v. 26, n. 2, p. 100-114, 2017.

ROMANIELLO, M. M.; ASSIS, TR de P. **Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos.** Lavras: UFLA, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4128960/mod_resource/content/0/Extens%C3%A3o-rural-E-sustentabilidade%20%281%29.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

SILVA, Rui Corrêa da. **Extensão Rural.** 1ª Edição. Editora Érica, 2013

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura. **Extensionistas rurais – Agentes de mudanças no campo.** 2013. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/extensionistas-rurais-agentes-de-mudancas-no-campo/5jkr1bake42v#:~:text=A%20categoria%2C%20dividida%20nas%20%C3%A1reas,%2C%20t%C3%A9cnicos%20agr%C3%ADcolas%2C%20dentre%20outros.> Acesso em: 15 dez. 22

Sociedade Nacional de Agricultura, **Agronegócio: A força da economia brasileira.** 2020. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/agronegocio/> Acesso em: 15 dez. 2022

SOTHE, A; DRESEL, M; DILL, R. P. **Diagnóstico da agricultura familiar: identificação das ferramentas e informações gerenciais nas propriedades integrantes dos municípios de Salvador das Missões-rs e Tunápolis-sc.** Anais do SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, v. 4, n. 1, 2014.

SOUSA, D. N. D; NIEDERLE, P. A. **Extensão rural e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Brasil:(des) conexões entre referenciais, ideias e práticas.** Embrapa Pesca e Aquicultura-Artigo em periódico indexado (ALICE), 2021.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017.** Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 109–128, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.50.109-128. Disponível em: [https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489.](https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489) Acesso em: 13 nov. 2022.

VIEIRA, S. C; BERNARDO, C. H. C; LOURENZANI, A. E. B. S. **Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na Agricultura Familiar.** Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015.

